



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho do *Campus Restinga*

ANEXO I

Formulário de Solicitação de Alteração de Documentos Oficiais

Proponente: Rudinei Müller

E-mail de Contato: rudinei.muller@restinga.ifrs.edu.br

Tipo de Vínculo Institucional: (X) Servidor () Estudante () Comunidade Externa

Identificação do Documento: IN nº 03/2019

Tipo de Modificação por Artigo: () Inclusão (X) Alteração () Exclusão

Número do Artigo: Art. 24

Redação Original:

Art. 24º - Compete as Chefias Imediatas:

I. Providenciar os trâmites para repasse das atividades entre os servidores envolvidos na movimentação;

II. Notificar a Coordenadoria de Gestão de Pessoas sobre a data para publicação da portaria de localização;

Redação Proposta:

Art. 24º - Compete às Chefias Imediatas:

I. Providenciar os trâmites para repasse das atividades entre os servidores envolvidos na movimentação;

II. Notificar a Coordenadoria de Gestão de Pessoas e ao Gabinete sobre a data para publicação da portaria de localização;

III. Realizar as alocações internas na unidade organizacional de sua competência, conforme descritas no Artigo 2º, de acordo com os micro-setores previsto no Regimento Interno Complementar do *Campus Restinga* e normativas superiores.

§1º - As alocações internas citadas no Inciso III, referem-se à designação dos servidores nos micro-setores que compõem a estrutura da unidade organizacional.

§2º - As chefias imediatas das unidades organizacionais estabelecidas no artigo 2º podem, em conjunto com a Direção-geral, alterar a alocação interna dos servidores a qualquer tempo, de acordo com as necessidades operacionais da unidade organizacional. Para a deliberação, a chefia deve realizar a escuta da equipe da unidade organizacional.

§3º A chefia do setor deve encaminhar ao Gabinete da Direção-geral para alteração da portaria de localização, quando for o caso.

Justificativa:

A referida proposta é oriunda de um grupo de trabalho, com origem no Grupo Diretivo do *Campus Restinga*, que teve por objetivo realizar um estudo a respeito das formas de possibilitar à gestão reequilibrar a distribuição das demandas de trabalho e/ou forças de trabalhos dos TAEs da unidade, buscando melhorar os serviços prestados em articulação com a qualidade de vida das(os) servidoras(es). A proposta busca manter o espírito da IN



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho do *Campus Restinga*

01/2018, mas viabilizar à gestão enfrentar os novos problemas que momentos específicos nos apresentam.

Observamos que, até o presente momento, as decisões relativas à sobrecarga de trabalho e a sobreposição sazonal de atividades ocorrida em momentos específicos em diferentes setores, bem como, a forma de geri-las viabilizando os direitos dos trabalhadores de cada setor com licenças interesse e capacitação, por exemplo, tem sido definida diretamente pela Direção-geral em diálogo apenas com os setores mais diretamente impactados pelas ausências.

Essas decisões em nossa concepção são, de certo modo, fragmentadas, pois levam em conta apenas as partes mais envolvidas na decisão - cotidianamente apenas o próprio setor do servidor que se ausente. Isso tem gerado a falsa impressão de que o dimensionamento de cargos, funções e processos de trabalho institucional esteja, em alguns momentos, adstrito às paredes dos setores. Como consequência desse *modus operandi* percebeu-se, por um lado, um recorrente tensionamento para concessão dos direitos dos servidores e, por outro, a consequente dificuldade para gestão da realocação de tarefas e processos de trabalho de modo global, considerando o todo institucional e o interesse da administração.

Compreendemos a força de trabalho dos servidores públicos de modo geral, e dos técnico-administrativos em educação de modo particular, resguardadas as especificidades de fazeres, como uma força de trabalho que é institucional e que pode, em momentos específicos, colaborar para que ao mesmo tempo em que se concedem direitos, se atendam com qualidade e equidade o interesse da administração e de seus processos de trabalho.

Deste modo, buscou-se construir, como proposta no grupo de trabalho, um procedimento institucional transparente, que subsidie as decisões da gestão de forma colaborativa, evitando que o usufruto dos direitos dos servidores seja gerador de obrigações de reorganização interna apenas para as equipes/áreas dos locais de onde esses servidores são oriundos, com a impressão de que os setores sejam o locus de absorção integral do impacto das ausências de servidores no *Campus Restinga*.

Além disso, historicamente esse tipo de análise, possibilidade ou não de uma licença interesse ou capacitação, por exemplo, está culturalmente centrada na atenção ao direito dos servidores que se ausentam nem sempre dando a devida atenção aos modos, fluxos e tempos para que os que ficam, construam os trâmites de reorganização dos processos de trabalho, da oferta de serviços substitutivos à comunidade escolar ocasionados por essa ausência.

Com base no anteriormente explicitado, a proposta deste grupo de trabalho são ajustes nesta Instrução Normativa, de modo que seu fluxo comporte a flexibilidade da absorção do impacto das ausências de servidores institucionalmente, sendo esta absorção diluída de modo global em diálogo com o Grupo Diretivo e com as Equipes. Entende-se que esta é uma forma responsável de a instituição viabilizar a manutenção dos serviços e o interesse da administração e a concessão de direitos, na lógica de que, quanto mais divididas as responsabilidades



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho do *Campus* Restinga

decisórias e de trabalho remanescentes às ausências, menor carga de trabalho precisa ser suportada por cada um dos trabalhadores, melhorando a qualidade de vida de todos.